

Desafios e Soluções da Sociologia

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-425-2 DOI 10.22533/at.ed.252192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em 2 Volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

O Volume 1 foi dividido em duas partes denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO” NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHER CIGANA ENTRE BRASILEIROS E ITALIANOS	
Mariana Bonomo Giannino Melotti Monica Pivetti	
DOI 10.22533/at.ed.2521925061	
CAPÍTULO 2	13
ESCOLA EM DISPUTA: EDUCAÇÃO LIBERTADORA OU EDUCAÇÃO CONSERVADORA?	
Camila Zucon Ramos de Siqueira Siqueira Frederico Alves Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2521925062	
CAPÍTULO 3	28
“A GENTE SABE QUANDO DÁ PRA FALAR E QUANDO NÃO DÁ”: MEDO, SEGREGAÇÃO E SILENCIAMENTOS NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM REGIÕES PERIFÉRICAS	
Maria Izabel Machado Marcelo Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.2521925063	
CAPÍTULO 4	45
A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS NA TRILOGIA <i>ÓPERA DOS MORTOS, LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE</i>	
Ivonete Dias Marcos Hidemi de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2521925064	
CAPÍTULO 5	54
A VIVÊNCIA FEMININA NA CIDADE: PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	
Maria Vitoria Silva Cardoso Rosângela Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2521925065	
CAPÍTULO 6	65
LGBTTOFOBIA E RE(VE)LAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E A POLÍTICA LGBT	
Claudio Leão de Almeida Junior Danielle Jardim Barreto Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
DOI 10.22533/at.ed.2521925066	
CAPÍTULO 7	76
MASCULINIDADES VIOLENTAS: LEGITIMAÇÃO E NORMATIVIDADE	
Kety Carla De March	
DOI 10.22533/at.ed.2521925067	

CAPÍTULO 8	85
NAS TESSITURAS DO CORPO E DAS SEXUALIDADES EM CLARICE LISPECTOR E MICHEL FOUCAULT: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DO LIVRO “A VIA CRUCIS DO CORPO”	
Danila Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.2521925068	
CAPÍTULO 9	95
O ASSÉDIO MORAL NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO: DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO E PRÁTICA PREDATÓRIA	
Igor Assoni Monteiro da Silva	
Marilane Carneiro Di Mario	
Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.2521925069	
CAPÍTULO 10	108
O QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE ‘SEXO E AS NEGAS’	
Daniela Rocha Drummond	
Nelson Rosário de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.25219250610	
CAPÍTULO 11	123
VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – NEDDIJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.	
Amanda Beatriz Louris	
Carla Liliane Waldow Esquivel	
Elizângela Treméa	
Francieli Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250611	
CAPÍTULO 12	133
A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CHE E AS MASCULINIDADES EM CUBA: CONSTITUINDO UM OBJETO DE PESQUISA	
Andréa Mazurok Schactae	
DOI 10.22533/at.ed.25219250612	
CAPÍTULO 13	146
ABUSO SEXUAL COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NO PARANÁ	
Bruna Regina Battisti	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.25219250613	
CAPÍTULO 14	154
BUNDA, CULTURA NACIONAL E MISTIÇAGEM NO BRASIL	
Ana Paula Garcia Boscatti	
Joana Maria Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250614	

CAPÍTULO 15	166
DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE RELIGIOSA: O CASO DOS PEREGRINOS	
Marcelo Pereira Souza Marcelo Alário Ennes Alessandra Rodeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250615	
CAPÍTULO 16	182
ENVIOS DE MEMÓRIA EM ELIDA TESSLER	
Isabela Magalhães Bosi	
DOI 10.22533/at.ed.25219250616	
CAPÍTULO 17	188
HERANÇA AFRICANA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: PATRIMÔNIO, ESPAÇO E DINÂMICAS POLÍTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	
Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.25219250617	
CAPÍTULO 18	205
MEMÓRIA, SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E TURISMO	
Raniery Silva Guedes de Araujo Karla Estelita Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.25219250618	
CAPÍTULO 19	212
PIADAS CONTRA NEGROS: VIOLÊNCIA EM FORMA DE HUMOR JOKES AGAINST BLACK PEOPLE: VIOLENCE AS HUMOR	
Paulo Sérgio de Proença	
DOI 10.22533/at.ed.25219250619	
CAPÍTULO 20	225
QUEM E COMO SE DEFINE O ÉTNICO NA AUTO IDENTIFICAÇÃO “ÉTNICO RACIAL”?: DILEMAS DAS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.	
Marcos Silva da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250620	
SOBRE O ORGANIZADOR	238

LGBTTIFOBIA E RE(VE)LAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E A POLÍTICA LGBT

Claudio Leão de Almeida Junior

Universidade Paranaense Umuarama – Paraná

Danielle Jardim Barreto

Universidade Paranaense Umuarama – Paraná

Fernanda Gracielle Aguiar Zonta

Universidade Paranaense Umuarama - Paraná

RESUMO: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que teve como objetivo validar um instrumento piloto sobre a população LGBTTI e sobre a LGBTTIfofia na universidade para ser utilizado em futuras pesquisas sobre gêneros e sexualidades, através de um aplicação in loco numa amostra de 671 alunos e alunas, entre os cursos de graduação de uma Instituição de Ensino Superior, oportunizando a visibilidade desta população e o conhecimento de práticas de violência contra quem não se encontram no padrão heteronormativo. Através das aplicações nestes cursos, percebeu-se um desconhecimento dos futuros profissionais da saúde sobre esta população. Durante a aplicações surgiram questionamentos como: O que é LGBTTI? O que é identidade de gênero? Qual a diferença entre heterossexual e homossexual? O que é bissexualidade? O que é ser heterossexual? Hetero é o “normal” né? Além de comentários e risadas ao responder as perguntas. Isto nos leva a pensar que esta ignorância sobre o público

LGBT e sobre a Heterossexualidade advém da crença em uma essência sexual que os faz crer que existe somente uma sexualidade, que é aquela denominada por Butler (2003) como gênero inteligível no qual se mantém uma coerência com o sexo-gênero-desejos-práticas sexuais. Considera-se também que esta invisibilidade sobre as demais sexualidades é um efeito discursivo de fonte das instituições hegemônicas, como forma de manutenção e do fortalecimento dos discursos de LGBTTIfofia.

PALAVRAS-CHAVE: Relações universitárias. Violências. Sexualidades dissidentes.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que englobou 671 alunos e alunas de cursos de graduação que participaram de forma voluntária para validar um instrumento piloto sobre @s pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTTI) e sobre a LGBTTIfofia na universidade. Além de buscar oportunizar a visibilidade desta população nos territórios acadêmicos para o conhecimento de suas realidades e de práticas de violências. É uma pesquisa que foi aplicada in loco nas salas de aulas, e sua avaliação e o aperfeiçoamento do instrumento piloto se deu através de perguntas avaliativas sobre o

questionário proposto.

O presente trabalho surge então através da experiência de estar indo aplicar de forma presente e participativa o instrumento piloto, nos chamando a atenção à quantidade de questionamentos surgidos dos alunos dos cursos da área da saúde na aplicação da pesquisa. Isso nos leva a pensar sobre o acesso a saúde da população LGBTTI e sobre o processo de formação que não contempla disciplinas que abordem sobre a temática dos direitos humanos, gêneros e sexualidades.

Entendendo a LGBTTI fobia como “[...] um preconceito e uma ignorância que consiste em crer na supremacia da heterossexualidade” (BORRILLO, 2010, p. 106), é necessário transcender o olhar para além de atos concretos como agressões físicas, verbais, psicológicas e sexuais, e viabilizar as violências LGBTTI fóbicas que ocorrem através dos descasos e omissões, inviabilizando estas vidas. As universidades possuem armários que impossibilitam expressões singulares e inventivas, e isto é uma forma de violência.

Propomos aqui um diálogo crítico e genealógico através dos discursos advindos dos alunos que sinalizam um desconhecimento sobre a população LGBTTI e sobre suas sexualidades, levando-nos a pensar que a sexualidade é falada somente de um modo e é vista somente com um único olhar. Portanto, como a atenção ao usuário e as ações e metas da política LGBT vão se dar se os profissionais que estão se formando não sabem da existência destes corpos? A opção seria violentar e depois através de capacitações via processo de educação permanente mudar as práticas? A política LGBT seria então uma forma de tampar buracos e dar acesso já que a formação acadêmica não oferta disciplinas sobre o tema?

1.1 Sexualidade Como Dispositivo de Subjetivação

A sexualidade no imaginário social é entendida como parte da natureza humana, que advém a partir do momento que ganhamos vida na terra. Se o sexo biológico é macho designado por meio do pênis, seu gênero será o masculino e seus desejos e práticas sexuais irão ser direcionadas com pessoas do gênero feminino. Ter esta compreensão nos leva a pensar que somos ensinados, isto é, que existe toda uma pedagogia que produz sujeitos de forma permanente e múltipla, como bem afirma Louro (2016) em seu livro *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. A autora traz que existe um investimento intenso sobre as pessoas através de lugares como a família, escola, igreja, mídia e etc. Tais lugares podem ser chamados de matrizes institucionais que não necessariamente são coerentes e lineares, porém se entrelaçam e constituem uma rede conectiva que é o suficiente e significativa para produzir vidas. Barembliitt (1992) coloca que as instituições são lógicas que regulam a vida humana e que não se encontra em leis e códigos necessariamente materializados.

Assim, a sexualidade em vez de ser “nossa” é algo que nos é implantado e reiterado em cada lugar institucional que transitamos, sendo um dispositivo que é atravessado por diversos pontos. Revelar a sexualidade como um dispositivo de

subjetivação significa dizer que ela nos constitui e nos direciona de alguma forma a vida, não pertencendo ao campo individual como propriedade exclusiva, e sim como uma armadilha para impulsionar desejos, modos de ser e práticas sexuais.

Todo este arranjo nos faz crer que existe somente uma sexualidade, isto é, que há só um modo de se expressar. Este modo é compreendido por Butler (2003, p. 38) como gênero inteligível que “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.

Assim, um corpo que não se encontra nesta linearidade é visto como patológico, que sofre de doença mental e que deve ser curado ou até mesmo eliminado. Podemos citar aqui os corpos LGBTTTI que sofrem discriminações e preconceitos por não estarem dentro daquilo que é considerado inteligível, chamados por Foucault (1988) de possuidores de sexualidades periféricas.

Tal patologização dos corpos advém da crença em um essencialismo sexual, conceito trazido por Rubin (s/d) em seu texto *Pensando o Sexo*. De acordo com a autora, esta é uma ideia de que a sexualidade é dissociada da vida social, sendo assimilada pelas pessoas no senso comum como inalterável e a-histórica, e que áreas da saúde como a Medicina e Psicologia têm reproduzido este pensamento. Foucault (1988) em *História da Sexualidade I* nos fala sobre o papel que a pastoral cristã teve sobre a sexualidade, fazendo do sexo algo que devia ser confessado, e o colocando como um mistério preocupante. A sexualidade então foi valorizada como um segredo, e assim, longe de ser algo que foi reprimido e silenciado através do tempo, foi produzido, mesmo que de forma sutil.

A confissão foi capturada por várias profissões como a Medicina, a Psiquiatria, a Psicologia, com o poder não estando naquele que revela, mas naquele que escuta (FOUCAULT, 1988). Portanto, a sexualidade de acordo com Louro (2016) é política e social, sendo construída durante toda a vida de vários modos e por várias pessoas. Estamos diante de uma sociedade heteronormativa, conceito este assinalado por Miskolci (2012) como uma ordem sexual que é baseada na heterossexualidade, nos moldes hierárquicos, de padrão familiar e reprodutivo. E muitas pessoas LGBTTTI buscam se adequar neste imperativo.

1.2 O Armário Universitário e a Lgbtfobia

O armário e a LGBTTTIfobia possuem uma ligação crucial, com a pessoa, seja ela LGBTTTI ou não, recorrendo a este lugar para evitar o sofrimento por meio de olhares e comportamentos de rejeição e hostilidade. Sedgwick (2007) coloca que os armários são uma presença formadora até mesmo para as pessoas não LGBTTTI, e que mesmo pessoas já assumidas recorrem a este lugar de forma corriqueira em suas vidas, sendo uma característica fundamental para a vida social. Desta forma, isso nos revela o medo do não LGBTTTI em ser rotulado como tal, e o quanto o armário é utilizado como uma passagem ou uma autorização para ser incluído e transitar na sociedade por aqueles que são LGBTTTI. Este autor nos coloca que em cada situação

da vida são criados novos armários, exigindo uma estimativa para saber se compensa o sigilo ou a exposição. Tais situações podem ser em um serviço da saúde, um novo emprego e também a entrada numa universidade.

Nardi et al. (2013) nos coloca que os armários nas universidades se fazem presentes no mínimo de duas maneiras: os trotes com as expressões não heterossexuais sendo colocadas em ação como motivo de humilhação e demarcação de um local heteronormativo, e também por meio das violências do cotidiano que não são só aquelas que atingem diretamente como as LGBTTI fobias, mas também as que omitem estes casos e mantêm o silêncio perante estas pessoas. Vejamos o que nos diz Nardi (2013):

A violência do cotidiano, por sua vez, remete à manutenção da norma por meio da demarcação dos espaços nos quais se pode falar de sexualidade e de gênero e dos espaços onde a heteronormatividade impera, naturalizando as relações de gênero e a hierarquia sexual. As relações de poder no cotidiano se evidenciam, sobretudo, nas hierarquias no interior da instituição e no silenciamento das diferentes expressões de gênero e da sexualidade que habitam a universidade, em momentos nos quais a disciplina e o controle se articulam (NARDI et al., 2013, p. 190).

Podemos pensar no quanto esta violência do cotidiano se faz presente no ambiente acadêmico, não apenas reproduzindo desigualdade, mas produzindo novas formas de discriminação. Tais violências nos revelam o lugar daquele que não possui um gênero inteligível, tendo que resistir em um armário ou não para sobreviver nestes espaços.

A LGBTTI fobia segundo Borrillo (2010) é uma expressão reacionária que apresenta o outro como alguém bizarro e inferior por não se enquadrar nos padrões designados como normal, situando este como um ser fora do universo dos humanos. Natarrelli et al. (2015) comenta que a LGBTTI fobia afeta integralmente os jovens que padecem desta violência, trazendo prejuízos para o seu bem-estar físico e mental, uma vez que interferem em sua socialização, alimentação, lazer, hábitos e comportamentos diários.

Castañeda (2007) coloca que a LGBTTI fobia tem a função de naturalizar a heterossexualidade, colocando-a no topo da moralidade. Deste modo, este tipo de violência que ocorre de diversas formas é uma maneira de afirmar um lado que é o hetero, e denegrir o outro, que são os que não expressam seus desejos e práticas sexuais desta forma. Prado (2014) discorre que a LGBTTI fobia pode ser entendida como um dispositivo de controle e administração dos corpos. Isto nos leva a pensar que esta violência visa impedir as singularidades que fogem do padrão heteronormativo, atuando como um castigo para a expressão das demais sexualidades não vierem mais à tona.

Isto posto, não é difícil perceber a relevância do armário para todas as pessoas, servindo como um escape para livrar-se de práticas que causam sofrimento. A LGBTTI fobia se dá não só no ato concreto, mas também nos silêncios, nos descasos

e nas omissões, gerando consequências negativas na mesma intensidade.

1.3 A POLÍTICA LGBTTI E O ACESSO A SAÚDE

Pensando a saúde e o corpo historicamente, Laqueur (2001) contribui de maneira significativa quando alerta que desde os gregos até o século XVII os sexos não existiam separadamente com cada um com suas especificidades anatômicas, mas que se tinha o entendimento de que eram relacionados como se existisse apenas um sexo único, sendo que os órgãos genitais femininos eram entendidos como homens invertidos, tendo as mesmas genitálias só que para dentro e não para fora.

A mulher então era pensada a partir do homem, e mesmo que depois por volta do século XVIII através de práticas médicas seu corpo foi reconhecido na dicotomia entre corpo masculino e feminino, continuou sendo inferior. “O corpo médico não é uma realidade dada, é um corpo historicamente construído, e dialogamos subjetivamente com este discurso utilizando-o (ou não) para criar e dar significados próprios e íntimos [...]” (TOLEDO, 2013, p. 36).

Foucault (1988) nos traz que a sexualidade é acesso à vida do corpo e a vida da espécie, e que utilizamos dela como um princípio de organização. Ele coloca que é através da sexualidade que temos o ingresso para a inteligibilidade de nosso ser. Assim, esta área política e social nos direciona a uma vida permissível, com as pessoas tendo que se virar para estar dentro do padrão ou sofrer as consequências.

As consequências podem estar em a pessoa LGBTTI ser tachada como doente mental, e assim ser desconsiderado tudo aquilo que ela pode oferecer fora a sua orientação sexual. Teixeira-Filho (2013) enfatiza que não há nada de antinatural nas sexualidades não heteronormativas, e que todas elas são acontecimentos sem escolha, sendo que tais práticas sexuais nada dizem de seu caráter.

Rubin (s/d) apresenta uma pirâmide erótica interessante para avaliar o sistema hierárquico de valores sexuais. Ela fala que os casais heterossexuais casados e reprodutivos estão isolados no topo da pirâmide. Logo abaixo se encontra os heterossexuais monogâmicos e não casados, mas em relação conjugal, seguido pelos demais heterossexuais. Abaixo de todos os heterossexuais, estão os casais lésbicos e gays que são estáveis, estando no limite do respeito. E ultrapassando este limite, encontramos na base da pirâmide os gays e lésbicas que vivem sua sexualidade de uma maneira aberta, sendo vistos como imorais. Fora da pirâmide estão aqueles que nem humanos são considerados, mas sim abjetos, que são os transexuais, travestis e etc. Butler (2016) conceitua abjeto como aquele que não goza do status de sujeito, estando numa zona inabitável e adversa, fora do espaço social.

Está pirâmide retrata a divisão existente no corpo social, uma vez que as pessoas que se encontram no topo da pirâmide, são contempladas com saúde mental reconhecida, respeito e legitimidade, ao contrário dos que estão na parte de baixo, sendo vistos como suscetíveis a doenças mentais e a criminalidade, bem como a privação de suporte institucional (RUBIN, s/d). Isto posto, nos revela que dependendo

do comportamento sexual que a pessoa tiver, sua vida terá benefícios ou malefícios.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, conhecida com política LGBT, “tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT” (BRASIL, 2013, p. 8). Assim, esta política busca eliminar o preconceito e a discriminação institucional existente através de planos, projetos, programas e ações de saúde que respeitem os direitos humanos e as diferenças, visto que o maior sofrimento é o que decorre de tais violências.

Luiz (2011) levanta o questionamento sobre o que une essas pessoas LGBT sendo que são tão diferentes entre si, e responde colocando que é o preconceito e a discriminação que sofrem, e principalmente o sofrimento mental que é causado por ambos. Portanto, a política LGBT busca promover a saúde integral desta população, reduzindo as desigualdades e violências sofridas, seja por meio de educação permanente com os profissionais da saúde ou outras ações.

Pensar na existência desta política é pensar que o acesso à saúde, mesmo que pouco, está sendo dado a esta população, porém vale lembrar que é um acesso ainda limitado, visto que estas pessoas ainda sofrem nos serviços de saúde por não ter suas necessidades atendidas e nem mesmo conhecidas.

2 | MÉTODO

A partir da pesquisa no qual buscamos validar um instrumento sobre o público LGBTTI e sobre a LGBTTI fobia, fizemos um recorte para analisar através do método crítico e genealógico, os discursos emergidos dos participantes na aplicação da pesquisa na área de Ciências Biológicas, Médicas e da Saúde. Assim, foi abarcada uma amostra do curso de formação em Nutrição, em Psicologia, em Odontologia, em Educação Física, em Enfermagem, em Farmácia e em Estética e Cosmética. A população que participou de forma voluntária trata-se em sua maioria de jovens com idade média de 20 a 22 anos (57,4%), do sexo biológico feminino (77,5%), brancos (69,05%), com renda de três a quatro salários mínimos (39,1%) e heterossexuais (90,1%).

No livro *A ordem do discurso*, Foucault (1996) nos apresenta a forma de analisar um discurso, onde se deve prestar atenção em quatro princípios: o de inversão, de descontinuidade, de especificidade e de exterioridade. O primeiro passo é reconhecer os jogos formativos do discurso em sua negação e rarefação. O segundo é considerar que o discurso não possui continuidade. O terceiro, observar a forma de violência que fazemos aos fatos. E por último, buscar o que se produz com o discurso, não buscando o oculto, e sim as produções de desejo e verdade.

Assim, ele nos apresenta o método crítico, que através destes princípios busca as desconstruções de verdades tidas como naturais e normais, e o método

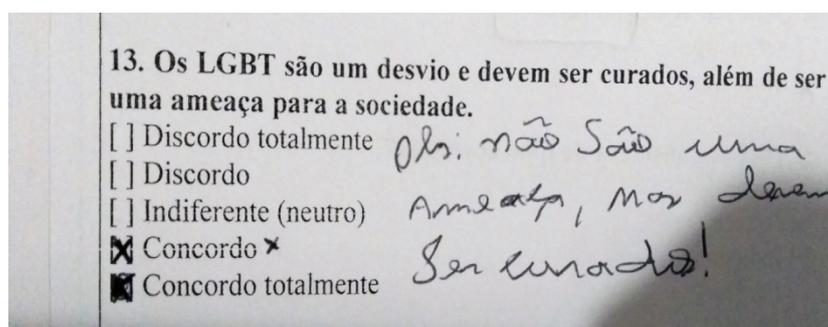
genealógico que seria identificar onde estão ocorrendo estas naturalizações, e para que e para quem estão servindo tais discursos, demarcando as falhas e os acidentes que produzem aquilo que se entende por verdade. Sendo duas tarefas inseparáveis.

3 | RESULTADOS

Considerando a população que participou da validação do instrumento piloto, a tabela 1 apresenta os discursos que nos chamou atenção diante da execução desta pesquisa, e a fotografia 1 revela um afirmação sobre as pessoas LGBTTI, levando-nos a pensar sobre a invisibilidade das demais sexualidades dissidentes da heteronormativa, e sobre como a atenção ao usuário e as ações e metas da política LGBT vão se dar se os profissionais que estão se formando não sabem da existência destes corpos.

Questionamentos e comentários surgidos:
“O que é LGBT?”
“O que é ser heterossexual?”
“O que é bissexualidade?”
“Qual a diferença entre heterossexual e homossexual?”
“O que é identidade de gênero?”
“Hetero é o “normal” né?”
“Pensei que era somente para homem isso (sobre a heterossexualidade)”.

Tabela 1. Discursos advindos da aplicação piloto nos cursos da saúde que apontam o desconhecimento dos futuros profissionais da saúde sobre a população LGBTTI.



Fotografia 1. Discurso escrito ao responder à questão 13 do questionário piloto.

Fonte: imagem tirada de um questionário piloto pelos pesquisadores.

4 | DISCUSSÃO

Ter a experiência de ouvir tais discursos durante a aplicação do questionário piloto em cursos da área da saúde, nos leva a pensar sobre os lugares que estas pessoas já transitaram e/ou ainda transitam para manter seus discursos, como também nos alerta sobre qual será a atenção nos serviços de saúde para a população LGBTTI sendo que os futuros profissionais da área desconhecem sua existência, ou se conhecem,

ignoram. Quais os jogos enraizados que mantêm a formação de pessoas que confiam fielmente em somente um modo de se expressar sexualmente?

Uma luz para direcionar-nos neste embate é problematizando a questão da pedagogia, ou seja, o ato de ensinar que trata da educação do ser humano. E levar esta questão ao extremo significa visualizar que em todos os lugares que estamos, e não somente na escola, somos ensinados e corrigidos na cinesia para sermos doutrinados e manejados. Ao nascermos até nosso findar somos presenteados conforme nosso gênero. Recebemos carrinhos, bola de futebol, bebida alcoólica dos parentes, incentivo para “pegar geral”, passe livre dos familiares para ir onde quer e chegar a hora que quiser, dentre outras dádivas. Isso o gênero masculino. Já o feminino recebe outras gratificações que difere do masculino. Na escola não é difícil ver sua organização através dos banheiros, salas, carteiras e matérias como ciência e biologia que nos mostram o corpo humano e suas funções, sendo quase sempre o primeiro contato com o assunto sobre sexualidade, nos educando que a relação sexual é entre homem e mulher, visto que é a via “certa” para reproduzir. No ambiente religioso adentramos em um universo que assimilamos o casamento como possibilidade de futuro e que práticas de exploração do corpo são “impuras”.

Sem citar o trabalho, a justiça, a saúde e etc. que potencializam aquilo que nos é ensinado. Estas pedagogias que fazem crer em uma natureza humana são fixadas nas pessoas como verdades, como por exemplo, somente o gênero feminino deve se relacionar com o masculino. No entanto, não saber da existência dos LGBTTI, não saber o que é ser heterossexual e bissexual, não saber a diferença das orientações sexuais e o que é identidade de gênero, confirma que gênero e sexualidade não são discutidos externamente, o que não quer dizer que não são falados de outra forma, uma vez que o não dito produz saber e poder.

Mais de 90% da população pesquisada se declaram heterossexuais, mas não sabem o que realmente é ser isto. Ao responderem a aplicação do nosso questionário piloto era nítido perceber as dúvidas e as conversas com os demais colegas para saber o que assinalar, sendo que tiveram vários casos que colocaram que são heterossexuais e declararam sua identidade de gênero de forma oposta.

Butler (2016) dispara sobre os *corpos que ainda importam* se referindo as pessoas LGBTTI, e com essa experiência ampliamos, dizendo que esses corpos além de importarem, precisam ser viabilizados para estas pessoas, e assim discutidos. Não vemos este desconhecimento como uma violência LGBTTIfóbica, mas como um sinal de que as pessoas não falam e não escutam sobre outros desejos e outras práticas sexuais, o que acaba naturalizando o discurso: “*Hetero é o “normal” né?*” (sic). Normal devido ao fato dos espaços ofertarem somente esta via como um dever e possibilidade única, levantando piadas para o que foge desta direção, fazendo com que olhem qualquer forma de expressão dissidente da heteronormatividade como uma doença: “*não são uma ameaça, mas devem ser curados*” (sic).

A universidade, um campo da educação, se revela como uma porta que ao

mesmo tempo em que dá acesso ao ensino e aprendizagem, também cria acesso aos armários. Podemos sinalizar aqui a carência nas matrizes curriculares dos cursos, ao menos os da saúde, em ter uma disciplina obrigatória sobre os processos de subjetivação, gêneros e sexualidades. Esta ausência representa um silenciamento sobre o tema, agenciando outro dispositivo de subjetivação no território escolar – os armários, uma vez que inviabiliza discursivamente e impossibilita a mobilidade desses corpos LGBTTI, e mantém os discursos de verdade sobre o gênero inteligível.

Podemos pensar aqui numa violência cotidiana da universidade, que além de não discutir nas salas de aulas sobre esta temática, sendo muitas vezes considerado como não pertencente à área de produção de conhecimento, acaba formando profissionais da saúde incapacitados para atender esta população. Portanto, é uma forma de LGBTTIfobia, visto que ela não se dá só nos atos concretos, mas em toda negação que afirma a heterossexualidade como o padrão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, podemos afirmar que formam-se no Brasil profissionais para lidar com um único tipo de usuário, aquele que é heterossexual, branco e de modos de vida ditados pela classe média. Neste sentido a população LGBTTI não tem suas necessidades singulares atendidas nos múltiplos serviços da saúde, tendo que muitas vezes recorrer aos armários para utilização dos serviços, ou até mesmo não os utilizar.

Várias mudanças se fazem necessárias na formação de profissionais da saúde, entendendo que o sofrimento não ocorre somente naquilo que é materializado através de agressões verbais, físicas, psicológicas e sexuais, mas também nas omissões, nos descasos e nas indiferenças. Isso ocorre não só no ambiente acadêmico, mas também nos serviços de saúde.

Toda vez que o Estado precisa garantir o acesso a direitos e dignidade humana via criação de políticas como a de Saúde para população LGBTTI, é uma indicativa que a sociedade falhou na articulação de práticas humanitárias e que dignificam a vida. Não nos cabe questionar a existência da política, pois é uma forma de garantir um direito constitucional, porém cabe-nos pensar que uma formação profissional que contemple debates sobre as pessoas LGBTTI, direitos humanos e o respeito à diferença, seria uma forma de evitar preconceitos institucionais, o que é um dos objetivos da criação da política.

Assim, esta política surge como uma forma de reparar aquilo que devia estar contido nas matrizes curriculares. Vale pensar sobre quantas formas de LGBTTIfobia seriam evitadas através do conhecimento das temáticas nos cursos de formação.

Não reformular as grades dos cursos da saúde significa aceitar a pirâmide de Rubin (s/d), e por outro lado, repensar o ensino seria uma forma de bagunçar as hegemonias e privilégios. Os discursos advêm de jogos de força, e a genealogia é

o pilar para localizá-los e assim desconstruí-los através da crítica de que não existe nada que não seja social e político.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que ainda importam**. In: COLLING, L. (org.) **Dissidências sexuais e de gêneros**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: ministério da saúde, 2013.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Resumos dos Cursos no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1982. São Paulo: Loyola, 1996 (a).

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LUIZ, C. L. **Saúde para pessoas LGBT** In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.) **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 25-32.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 07-34.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo horizonte: autêntica editora. 2012.

NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; MACHADO, F. V.; ZENEVICH, L. **O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a especularização e a violência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero**. Teoria e Sociedade, n. 21.2, julho-dezembro, 2013.

NATARELLI, T. R. P.; BRAGA, I. F.; OLIVEIRA, W. A.; SILVA, M. A. I. **O impacto da homofobia na saúde do adolescente**. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, Outubro/Dezembro, 2015.

PRADO, V. M. **Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidades por intermédio das práticas escolares da Educação Física**. 2014. 242 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

RUBIN, G. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pen-sando_o_sexo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 de fev. de 2018.

SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu, n. 28, p. 19-54, janeiro-junho, 2007.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. **Psicologia e Teoria Queer**: das identidades aos devires. 2013. 200 f. Tese de Livre-docência – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

TOLEDO, L. G. **“Será que eu to gostando de mulher?”**: tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista. 2013. 434 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-425-2

